

ANEXO

(a que se refere o n.º 1 da presente resolução)

Princípios técnicos, metodologia e regras de operacionalização do Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores

Artigo 1.º

Objeto

O presente anexo estabelece os princípios técnicos, a metodologia e as regras de operacionalização aplicáveis à quinta edição do Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores, doravante designado por OP Açores, no ano de 2022.

Artigo 2.º

Objetivos

São objetivos do OP Açores:

- a) Reforçar a qualidade da democracia, valorizando a democracia participativa, no quadro da Constituição da República Portuguesa e do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores;
- b) Envolver os cidadãos nos processos de decisão, promovendo uma participação ativa e informada;
- c) Estimular a coesão económica e social, potenciando o surgimento de projetos que contribuam para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 3.º

Âmbito territorial

O OP Açores aplica-se a todo o território da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 4.º

Áreas temáticas

1 – As antepostas admitidas ao OP Açores abrangem, no ano económico de 2022, as áreas das políticas públicas relacionadas com a agricultura, o ambiente, a ciência, a cultura, a educação, a inclusão social, a juventude, o mar e as pescas e o turismo.

2 – A área da juventude subdivide-se em três temas, designadamente, cidadania e intervenção comunitária, promoção de hábitos de vida saudável, e desenvolvimento artístico e criativo.

Artigo 5.º

Âmbito

O OP Açores integra antepostas de âmbito ilha e de âmbito regional.

Artigo 6.º

Âmbito ilha

São admissíveis à categoria de âmbito ilha as antepostas que tenham impacto somente numa das nove ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 7.º

Âmbito regional

São admissíveis à categoria de âmbito regional as antepostas que tenham impacto em, pelo menos, duas ilhas da Região Autónoma dos Açores, de forma equitativa.

Artigo 8.º

Montante

1 – O OP Açores dispõe de um montante global de € 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros), dos quais € 960.000,00 (novecentos e sessenta mil euros) devem ser atribuídos a projetos de âmbito ilha e € 240.000,00 (duzentos e quarenta mil euros) devem ser atribuídos a projetos de âmbito regional.

2 – Ao valor do OP Açores destinado a projetos de âmbito ilha, devem ser consignados 20% a projetos da área da juventude.

3 – A distribuição do valor do OP Açores, por ilha, tem por base a fórmula de cálculo prevista no n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro, concretizando-se da forma seguinte:

- a) € 52.000,00 (cinquenta e dois mil euros) para a ilha de Santa Maria;
- b) € 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil euros) para a ilha de São Miguel;
- c) € 178.000,00 (cento e setenta e oito mil euros) para a ilha Terceira;
- d) € 47.000,00 (quarenta e sete mil euros) para a ilha Graciosa;
- e) € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros) para a ilha de São Jorge;
- f) € 105.000,00 (cento e cinco mil euros) para a ilha do Pico;

- g) € 79.000,00 (setenta e nove mil euros) para a ilha do Faial;
- h) € 57.000,00 (cinquenta e sete mil euros) para a ilha das Flores;
- i) € 32.000,00 (trinta e dois mil euros) para a ilha do Corvo.

Artigo 9.º

Apresentação das antepropostas

1 – Podem apresentar antepropostas às áreas temáticas da agricultura, do ambiente, da ciência, da cultura, da educação, da inclusão social, da juventude, do mar e pescas e do turismo, todos os cidadãos com idade igual ou superior a 14 anos, nacionais ou estrangeiros, a residir na Região Autónoma dos Açores.

2 – Podem apresentar antepropostas à área temática da juventude os jovens com idade compreendida entre os 14 e os 30 anos, inclusive, nacionais ou estrangeiros, a residir na Região Autónoma dos Açores.

3 – A apresentação de antepropostas é feita através da plataforma eletrónica <https://OP.azores.gov.pt>, ou nos encontros participativos, mediante a utilização de formulário próprio para o efeito.

4 – Da anteproposta devem constar os elementos seguintes:

- a) Identificação e contactos do proponente e do(s) coproponente(s), se existente(s);
- b) Título;
- c) Âmbito;
- d) Localização;
- e) Período de execução, em meses (de carácter não obrigatório);

- f) Área temática;
- g) Tema, quando aplicável;
- h) Descrição;
- i) Orçamento (de carácter não obrigatório);
- j) No caso de menores de idade, declaração de autorização de participação do detentor do poder parental, conforme modelo a ser disponibilizado na plataforma;
- k) Declaração, sob compromisso de honra, de enquadramento da idade no escalão etário exigível para apresentação de anteproposta à área temática;
- l) Outra informação relevante (de carácter não obrigatório).

Artigo 10.º

Fases

A quinta edição do OP Açores compreende as fases seguintes:

- a) Fase A – Apresentação de antepropostas:
 - i. Na plataforma eletrónica <https://OP.azores.gov.pt>, entre os meses de março e maio, inclusive, de 2022;
 - ii. Presenciais, nos encontros participativos, a ter lugar nas nove ilhas dos Açores, entre os meses de março e maio, inclusive, de 2022.
- b) Fase B – Análise técnica das antepropostas, pelos departamentos do Governo Regional com competências nas respetivas áreas temáticas das antepropostas apresentadas, e adaptação de antepropostas em propostas, com calendário, modelo de execução e previsão de investimento, de 1 de junho a 21 de agosto de 2022;

- c) Fase C – Publicitação das listas provisórias de antepostas rejeitadas, bem como das propostas a submeter à votação, e período para apresentação de reclamações por parte dos proponentes, entre 22 e 31 de agosto de 2022, nos seguintes termos:
- i. 22 de agosto – divulgação das listas provisórias;
 - ii. 22 a 26 de agosto – período para apresentação de reclamações;
 - iii. 27 a 31 de agosto – apreciação de eventuais reclamações e possíveis retificações de antepostas.
- d) Fase D – Votação, pelos cidadãos, das propostas disponibilizadas na plataforma eletrónica <https://OP.azores.gov.pt>, entre 1 de setembro a 31 de outubro de 2022, nos seguintes termos:
- i. 1 de setembro – publicação das listas definitivas das antepostas rejeitadas e das propostas a submeter à votação e início da votação;
 - ii. 31 de outubro – encerramento da votação.
- e) Fase E – Apresentação pública das propostas vencedoras, conversão das mesmas em projetos e consequente inscrição nos respetivos orçamentos, divulgando-se a avaliação preliminar da quinta edição do OP Açores e dando-se início à preparação da sexta edição, no decurso do mês de novembro de 2022.

Artigo 11.º

Encontros participativos

Os encontros participativos são sessões de debate com os cidadãos, bem como de apresentação das regras que presidem à edição de 2022 do OP Açores.

Artigo 12.º

Análise das antepropostas e adaptação a propostas

1 – As antepropostas são consideradas elegíveis quando reúnam, cumulativamente, as condições seguintes:

- a) Incidam sobre as áreas temáticas referidas no artigo 4.º;
- b) Incidam sobre os âmbitos identificados nos artigos 5.º a 7.º;
- c) Sejam claras e pormenorizadas, identificando o modelo de execução e a localização geográfica abrangida, de forma a permitir a respetiva análise técnica.

2 – As antepropostas consideradas elegíveis são analisadas pelas equipas técnicas dos departamentos do Governo Regional com competências nas respetivas áreas temáticas e adaptadas a propostas, indicando-se o respetivo orçamento e cronograma de execução.

3 – Cada anteproposta apresentada pelos cidadãos dá origem apenas a uma proposta, não sendo, obrigatoriamente, uma transcrição daquela.

4 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, uma proposta pode incorporar duas ou mais antepropostas apresentadas pelos cidadãos, caso exista semelhança ou complementaridade de conteúdo entre elas.

5 – Da análise técnica das antepropostas resulta uma lista provisória de propostas a submeter à votação, bem como uma lista provisória de antepropostas rejeitadas e respetiva fundamentação, as quais são publicadas na plataforma eletrónica <https://OP.azores.gov.pt>.

6 – Os proponentes das antepropostas não aceites para adaptação são notificados da não aceitação.

7 – Todas as antepropostas adaptadas a propostas, assim como os documentos anexos às mesmas, são propriedade do Governo Regional.

8 – O disposto no número anterior não prejudica os direitos de propriedade industrial na execução dos projetos, resultantes das propostas vencedoras.

Artigo 13.º

CrITÉRIOS de rejeiÇÃO de antepropostas

São rejeitadas as antepropostas que apresentem uma das circunstâncias seguintes:

- a) Não se enquadrem no âmbito das competências do Governo Regional;
- b) Não se enquadrem no âmbito das áreas temáticas do OP Açores no ano 2022, referidas no artigo 4.º;
- c) Configurem pedidos de apoio ou prestação de serviços, designadamente por estarem protegidas por direitos de propriedade intelectual;
- d) Contrariem o Programa do XIII Governo Regional dos Açores;
- e) Contrariem projetos ou programas em curso nas áreas temáticas do OP Açores 2022;
- f) Sejam tecnicamente inexecutáveis;
- g) Sejam genéricas ou muito abrangentes, não permitindo a sua adaptação a proposta;
- h) Sejam apresentadas por pessoa coletiva ou por pessoa singular em representação de pessoa coletiva;
- i) No âmbito ilha e na área temática da juventude ultrapassem os montantes seguintes:

- i. € 10.400,00 (dez mil e quatrocentos euros), na ilha de Santa Maria;
 - ii. € 67.000,00 (sessenta e sete mil euros), na ilha de São Miguel;
 - iii. € 35.600,00 (trinta e cinco mil e seiscentos euros), na ilha Terceira;
 - iv. € 9.400,00 (nove mil e quatrocentos euros), na ilha Graciosa;
 - v. € 15.000,00 (quinze mil euros), na ilha de São Jorge;
 - vi. € 21.000,00 (vinte e um mil euros), na ilha do Pico;
 - vii. € 15.800,00 (quinze mil e oitocentos euros), na ilha do Faial;
 - viii. € 11.400,00 (onze mil e quatrocentos euros), na ilha das Flores;
 - ix. € 6.400,00 (seis mil e quatrocentos euros), na ilha do Corvo.
- j) No âmbito ilha e nas áreas temáticas da agricultura, do ambiente, da ciência, da cultura, da educação, da inclusão social, do mar e pescas e do turismo, ultrapassem os montantes seguintes:
- i. € 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos euros), na ilha de Santa Maria;
 - ii. € 160.800,00 (cento e sessenta mil e oitocentos euros), na ilha de São Miguel;
 - iii. € 106.800,00 (cento e seis mil e oitocentos euros), na ilha Terceira;
 - iv. € 37.600,00 (trinta e sete mil e seiscentos euros), na ilha Graciosa;
 - v. € 60.000,00 (sessenta mil euros), na ilha de São Jorge;
 - vi. € 84.000,00 (oitenta e quatro mil euros), na ilha do Pico;

- vii. € 63.200,00 (sessenta e três mil e duzentos euros), na ilha do Faial;
 - viii. € 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos euros), na ilha das Flores;
 - ix. €25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos euros), na ilha do Corvo.
- k) No âmbito ilha tenham impacto em mais do que uma ilha dos Açores;
- l) No âmbito regional:
- i. Ultrapassem o montante de € 240.000,00 (duzentos e quarenta mil euros);
 - ii. Não tenham impacto em mais do que uma ilha da Região Autónoma dos Açores;
 - iii. Não tenham impacto equitativo entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores.
- m) Se enquadrem na esfera do direito de petição ou configurem iniciativas legislativas.

Artigo 14.º

Reclamações

1 – Os proponentes podem reclamar, dentro do período estabelecido na subalínea ii) da alínea c) do artigo 10.º, das decisões seguintes:

- a) Decisão quanto ao modelo de adaptação de antepropostas a propostas;
- b) Decisão de não adaptação de uma anteproposta a proposta;
- c) Decisão de rejeição de uma anteproposta com fundamento em algum dos critérios previstos no artigo anterior.

2 - As listas definitivas das antepropostas rejeitadas e das propostas a submeter à votação são publicadas na plataforma eletrónica <https://OP.azores.gov.pt>.

Artigo 15.º

Regras aplicáveis à votação

1 – A votação das propostas realiza-se através da plataforma eletrónica <https://OP.azores.gov.pt> ou através de SMS gratuito, para o número 3838.

2 – Através da plataforma eletrónica <https://OP.azores.gov.pt> podem votar:

- a) Os cidadãos nacionais a residir na Região Autónoma dos Açores, indicando o respetivo número de identificação civil ou a respetiva chave móvel digital (CMD);
- b) Os cidadãos estrangeiros a residir na Região Autónoma dos Açores, indicando a respetiva chave móvel digital (CMD).

3 – Os cidadãos nacionais podem votar através de SMS gratuito, indicando o respetivo número de identificação civil.

4 – Cada cidadão tem direito a um voto numa proposta de âmbito ilha e a um voto numa proposta de âmbito regional.

Artigo 16.º

Propostas vencedoras e apresentação de resultados

1 – As propostas vencedoras de âmbito ilha são aquelas que recolherem o maior número de votos até perfazer os montantes definidos nas alíneas i) e j) do artigo 13.º.

2 – As propostas vencedoras de âmbito regional são aquelas que recolherem o maior número de votos até perfazer o montante definido na subalínea i) da alínea l) do artigo 13.º.

3 – Em caso de empate na votação, o critério de desempate é a data e a hora de entrada do último voto em cada uma das propostas a votação, apurando-se a proposta que tiver obtido a votação final em primeiro lugar.

4 – Os resultados das votações são publicados na plataforma eletrónica <https://OP.azores.gov.pt> e apresentados publicamente.

Artigo 17.º

Avaliação

1 – Apresentadas as propostas vencedoras, é feita uma avaliação da quinta edição do OP Açores, na qual são envolvidos, nomeadamente, os proponentes e as entidades que colaboraram na sua operacionalização.

2 – Os cidadãos são convidados a avaliar a edição de 2022 do OP Açores através de um questionário *online*.

Artigo 18.º

Apoio técnico

O apoio técnico à operacionalização do OP Açores é assegurado por uma equipa técnica da Estrutura de Missão de Modernização e Reforma da Administração Pública, criada ao abrigo da Resolução do Conselho do Governo n.º 7/2017, de 21 de fevereiro, publicada em *Jornal Oficial*, I Série, n.º 17, de 21 de fevereiro de 2017, e prorrogada ao abrigo da Resolução do Conselho do Governo n.º 25/2021, de 27 de janeiro, publicada em *Jornal Oficial*, I Série, n.º 12, de 27 de janeiro de 2021.

Artigo 19.º

Prestação de informação e de esclarecimentos aos cidadãos

1 – À equipa técnica referida no artigo anterior compete esclarecer, durante todas as fases estabelecidas no artigo 10.º, as questões colocadas pelos cidadãos.

2 – O ponto de situação dos projetos, resultantes das propostas vencedoras, é efetuado de forma regular, nomeadamente através da prestação de informação ao proponente e aos demais cidadãos interessados, através da sua disponibilização na plataforma eletrónica <https://OP.azores.gov.pt>.

3 – Para mais informações ou esclarecimentos adicionais pode ser contactada a equipa técnica do OP Açores, através do *e-mail* op@azores.gov.pt ou através da Linha Verde de Apoio ao Cidadão do Governo Regional dos Açores – 800 500 501.

Artigo 20.º

Proteção de dados

1 – Os dados pessoais recolhidos visam ser utilizados no âmbito da operacionalização do OP Açores, designadamente em eventuais contactos com os proponentes durante a fase de análise técnica, tendo em vista o esclarecimento das ideias apresentadas, bem como para informar, divulgar e promover o OP Açores junto dos demais cidadãos, mediante prévio consentimento, nas demais fases previstas no artigo 10.º.

2 – O tratamento de dados pessoais posterior é realizado de acordo com o princípio da prossecução do interesse público associado à democracia participativa.

3 – No tratamento de dados pessoais são aplicadas as normas do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sendo notificada a Comissão Nacional de Proteção de Dados em caso de violação de dados pessoais, bem como da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e demais legislação conexas.

Artigo 21.º

Casos omissos

Os casos omissos são resolvidos por despacho do membro do Governo Regional responsável pela operacionalização do OP Açores.